



ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA

AULA 1



Profª Dayse Mendes



CONVERSA INICIAL

Nesta aula, você terá acesso a alguns conceitos que fundamentam o entendimento da Administração. O primeiro é o conceito de organização, um agrupamento de pessoas que se auxilia mutuamente para conseguir atender as necessidades da sociedade. E esse é um conceito relevante, pois é nas organizações que acontecem as ações de planejar, organizar, dirigir e controlar, próprias da Administração.

Você verá também que as empresas são um tipo especial de organização, visto terem um objetivo bem específico, o lucro. O segundo conceito relevante é o de gestor, a pessoa que colocará em práticas as ações necessárias para o alcance dos objetivos organizacionais. Para tanto, essa pessoa agirá de acordo com as funções do administrador, planejando o futuro, organizando os recursos necessários, dirigindo as pessoas ao alcance dos objetivos e controlando os recursos para manter as ações ou ajustá-las de acordo com a necessidade.

O terceiro conceito é da Administração em si, em que você compreenderá que a administração pode ser uma ciência, uma arte, uma profissão. E que administrar é muito mais complexo do que simplesmente exercer as funções do administrador, exigindo do gestor uma série de conhecimentos e habilidades para que a organização possa alcançar os resultados desejados.

Você compreenderá, ainda, que as organizações podem ser pensadas como sistemas, compostas por uma entrada, um processamento, uma saída, um *feedback*, e expostas a um ambiente externo no qual existe uma série de forças que modificam a forma como essa organização funciona.

Finalmente, você terá acesso a algumas informações sobre a diferença entre administração privada e administração pública e perceberá que Estado e empresas dependem um do outro para que a nação, como um todo, possa ser competitiva no mercado mundial.

TEMA 1 – AS ORGANIZAÇÕES

Nossa sociedade é uma sociedade composta por organizações. Nascemos, vivemos e morremos nelas. Devido ao fato de nós, seres humanos, termos uma série de necessidades que precisam ser supridas para a nossa sobrevivência, buscamos ao longo da nossa trajetória como espécie criar mecanismos que pudessem nos auxiliar a ter êxito nesse objetivo de sobreviver.



Assim, surgiram as **instituições**, um **fenômeno social abstrato**, composto por **regras e normas de comportamento para auxiliar a humanidade a resolver seus problemas**.

Conforme Bernardes (1993), as **instituições** foram desenvolvidas ao longo do tempo com a **função de suprir as necessidades humanas**. Como essas **necessidades são altamente variadas**, naturalmente foram criadas diferentes **instituições para satisfazê-las**. O autor entende que a **primeira instituição a surgir foi a familiar**, com a **função literal de manter a existência da espécie humana por meio de uma estrutura de valores, de comportamentos e de normas**.

Outra instituição que provavelmente surgiu no início do desenvolvimento da humanidade é a **religiosa**, cuja função é **mediar os anseios da humanidade perante a divindade por meio de uma estrutura de doutrinas, rituais e normas de procedimentos existentes em todas as formas de relacionamento com o divino e, naturalmente, variando de uma para outra**. Uma terceira instituição que surge conforme a espécie humana vai se desenvolvendo e a sociedade vai se tornando mais complexa é a **política**, **regulando e coordenando as ações coletivas**.

Uma quarta instituição necessária à continuidade da humanidade é a **educacional**, com a função de **melhor adaptar as pessoas à sobrevivência (inicialmente na selva e depois na cidade)**.

Finalmente, surgiu a quinta instituição, a **econômica**, tendo por finalidade **regular a produção de bens, prestação de serviços e trocas comerciais**. Com o passar do tempo, necessidades mais elaboradas e complexas foram surgindo e, com elas, novas instituições precisaram ser criadas.

Figura 1 – Instituição familiar



Créditos: ClassicVector/Shutterstock.



No entanto, as instituições são abstratas, são regras que precisam ser colocadas em prática sob uma forma concreta. Assim, surgem **as organizações, associações concretas de pessoas que aplicam as regras das instituições.** Nesse sentido, a instituição familiar dá origem às famílias. Cada família concreta, constituída por pais, mães, filhos, avós, tios etc. é uma organização. A instituição religiosa dá origem às organizações cristãs, judias, budistas, islâmicas, hinduístas etc. A instituição política dará origem às organizações, tais como reinos, países, partidos políticos.

A instituição educacional, por sua vez, se coloca de forma prática na vida da humanidade em organizações como escolas, universidades, centros de treinamento etc. E a instituição econômica se apresenta por meio das organizações como bancos, fábricas, lojas etc. **As características de cada organização se apresentarão de acordo com os aspectos típicos da instituição a qual pertencem. E uma organização pode pertencer a mais de uma instituição ao mesmo tempo, pois pode ser regida por regras de comportamento distintas, cuja origem vem de várias instituições.**

É importante observar que, embora **as organizações sejam uma associação de pessoas, nem todas as associações de pessoas serão organizações.** Desta forma, é necessário conceituar de forma mais clara o que é uma organização.

Conforme Silva (2013), **uma organização é caracterizada pela associação de duas ou mais pessoas com desejo e disposição de trabalhar de forma cooperativa, dentro de limites identificáveis, para alcançar um objetivo ou meta comum.** Vale ressaltar que as **empresas** são um tipo bastante específico de organização, pois têm um objetivo claro que é o de obter lucro ao final de um determinado período. Assim, **pode-se dizer que toda empresa é uma organização, mas nem toda organização é uma empresa, na medida em que as organizações são formadas para o alcance dos mais variados objetivos.**

Figura 2 – O que **não** é uma organização



Créditos: Svetlana Bykova Shutterstock.

As organizações demonstram algumas características que as distinguem de outros tipos de associação de pessoas, em especial elas possuem um propósito bastante específico, são baseadas em divisão do trabalho e, por causa dessa divisão, necessitam de constante coordenação.

Como propósito, pode se entender que há busca pela realização de objetivos, de forma coletiva. Mas, para se alcançar esses objetivos, é necessário que cada pessoa que compõe a organização tenha um papel exclusivo, no qual se especializa, para cumprir com as atividades que lhe cabem.

É a divisão do trabalho que permite superar as limitações individuais, pois ao agregar as contribuições de cada um, de forma estruturada, é possível alcançar os objetivos da organização, que não seria possível alcançar sozinho. Porém, a partir do momento em que cada pessoa tem uma tarefa especializada, é necessário combinar e integrar essas tarefas para que se consiga cumprir com a finalidade da organização. O processo de coordenação realiza essa integração por meio de três mecanismos principais: a hierarquia, a comunicação e o planejamento.

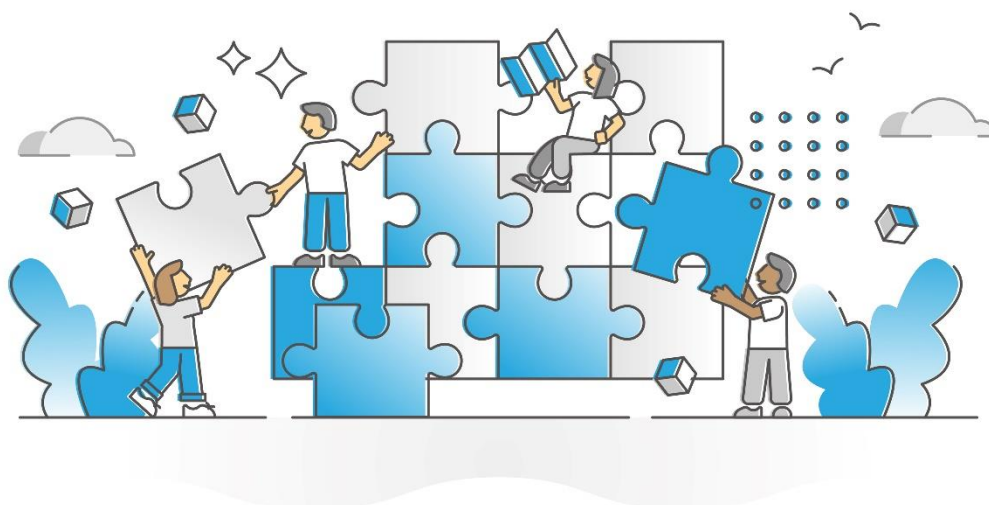
TEMA 2 – O GESTOR

Para que as organizações possam cumprir com seu papel de auxiliar, de forma concreta, a suprir as necessidades humanas é necessário que alguém, uma pessoa ou um grupo de pessoas, assuma a responsabilidade de compreender como a organização pode executar esse papel, de forma consistente, eficiente e eficaz.

Esse alguém é o gestor. Cabe ao gestor, portanto, exercer uma série de funções e de papéis de maneira a fazer com que a organização que está sob sua responsabilidade possa atingir seus objetivos e atender as necessidades que levaram à sua criação.

As organizações estão necessariamente organizadas por meio de divisão do trabalho. A divisão do trabalho corresponde à especialização de tarefas vivenciada por cada pessoa dentro da organização, que precisa exercer tarefas específicas. Se todas as pessoas se dedicassem a uma só e mesma tarefa, não seria possível alcançar os objetivos organizacionais. Faltariam ações necessárias para tanto. Por outro lado, se todos tivessem que se dedicar a tudo, faltariam recursos básicos, como tempo e matéria-prima para o exercício das atividades. Além disso, haveria sobreposição de tarefas, impossibilitando o alcance dos objetivos organizacionais.

Figura 3 – Divisão do trabalho



Créditos: VectorMine/Shutterstock.



Por isso, surge a divisão do trabalho. Cada pessoa faz uma atividade, de preferência aquela que melhor se adapta a seu perfil. Mas é preciso que alguém delimite quais são essas tarefas e como elas, juntas, levarão ao desempenho desejado. Nesse momento, o gestor se apresenta como esse elo que faz a divisão do trabalho ter sentido.

Mas um gestor não faz só isso. É o que ele realiza dentro da organização começa a ser definido com mais propriedade ao início do século XX, junto à necessidade que as organizações sentiam, cada vez mais, de se preparar para melhor atender as necessidades da sociedade, dos clientes e dos donos dessas organizações.

O primeiro estudo de impacto sobre o assunto foi realizado por um engenheiro francês, Henri Fayol, que observou que empresas bem-sucedidas tinham em sua estrutura alguém responsável não somente pela produção, mas também por uma série de outras atividades.

Fayol diz que sempre que se buscava contratar um engenheiro, se escolhia esse profissional pelas suas competências técnicas, mas se houvesse um empate entre candidatos, o que realmente definiria a escolha seria sua capacidade de gestão. E assim Fayol (1989, p. 26) define que são cinco os elementos da gestão – previsão, organização, comando, coordenação e controle –, com os seguintes significados:

Prever é perscrutar o futuro e traçar o programa de ação.

Organizar é constituir o duplo organismo, material e social, da empresa.

Comandar é dirigir o pessoal.

Coordenar é ligar, unir e harmonizar todos os atos e todos os esforços.

Controlar é velar para que tudo corra de acordo com as regras estabelecidas e as ordens dadas.

Figura 4 – Funções do gestor



Crédito: iQoncept/Shutterstock.

Atualmente, esses cinco elementos de gestão, propostos por Fayol, se transformaram, com o passar do tempo, em quatro funções do gestor, que são: planejar, organizar, dirigir e controlar. Ao **planejar**, o gestor definirá o que a empresa deverá fazer no futuro e como ela deverá fazer. Nesse momento, são definidos os objetivos bem como os recursos e as tarefas necessários para se alcançar esses objetivos. Ou seja, **planejar** envolve tomar decisões para alcançar o que se deseja em relação à empresa.

Definidos objetivos, recursos e tarefas, cabe ao gestor **organizar**, ou seja, determinar a alocação dos recursos (materiais e de pessoal) necessários para a consecução do planejamento e separá-los para o momento da execução. Isso significa que, nesse momento, o gestor verifica se tudo o que é necessário em termos de infraestrutura estará disponível quando a ação para o alcance dos objetivos começar, bem como se o trabalho está distribuído de forma adequada entre as pessoas que executarão as ações.

Dirigir, por sua vez, diz respeito ao comando que o gestor deve exercer para que as ações planejadas e organizadas anteriormente possam ser executadas e os objetivos possam ser alcançados. Essa função envolve os estímulos e a influência exercidos pelo gestor para que seus subordinados realizem as ações de sua responsabilidade da melhor forma possível.



Finalmente, o gestor deve **controlar**, ou seja, **deve verificar se os objetivos planejados estão sendo alcançados e garantir que o sejam**. Para tanto, é **necessário estabelecer padrões, medir o desempenho de acordo com esses padrões estabelecidos e agir de forma corretiva para o alcance dos objetivos planejados**. O controle, portanto, **assegura que as atividades realizadas estão em conformidade com o que foi inicialmente planejado**. Em **caso negativo**, é **necessário reiniciar todo o processo, planejando novamente as ações para, então, alcançar o desempenho desejado**.

Note que, **em nenhuma das funções**, o gestor está agindo (“pondo a mão na massa”), **posto que as ações operacionais são de responsabilidade de seus subordinados**. Embora não realize essas ações, ele deve conhecê-las, e, em caso de necessidade (para exemplificar a execução ou numa situação de conflito, entre outras), realizá-las. Também é interessante observar que **essas funções são universais**, ou seja, **serão exercidas pelos gestores em qualquer tipo de organização em qualquer lugar do mundo, naturalmente respeitando as características de cultura local**.

Todas essas atividades dizem respeito a comportamentos esperados da pessoa que assumirá o importante papel de gerir uma organização, de maneira eficaz. **Diversas palavras são usadas para designar essa pessoa: administrador, gerente, dirigente, chefe ou gestor**. Mas é provável que essa pessoa, independentemente da posição que ocupa, ou do título de seu cargo, desempenhe tarefas de administração.

Quem quer que esteja manejando recursos ou tomando decisões está administrando, pois o **processo de administrar faz parte de qualquer instância de utilização de recursos: pessoal, familiar, organizacional e social** (Maximiano, 2015). Assim, para compreender o papel do gestor, é necessário compreender o que é a administração.

TEMA 3 – A ADMINISTRAÇÃO

Tendo em vista a importância das organizações para a nossa vida, é natural pensar que essas organizações precisam ser geridas. Conforme as organizações foram se tornando mais complexas, mais se exigia do gestor em termos de tomada de decisão e de conhecimento em relação à organização e ao meio em que ela está inserida.



E mais formas e métodos de como se conduzir uma organização foram surgindo, até que se reconhece que gestão, comando, e outras atividades para alavancar o alcance dos objetivos organizacionais, se torna muito maior do que somente planejar, organizar, dirigir e controlar.

É nesse contexto que se insere a ideia de Administração. No entanto, a definição exata de Administração se torna um pouco incerta, dependendo de quem está tratando do assunto. De forma geral, pode se pensar a administração como um fato social dinâmico, já que é uma ação que ocorre dentro da sociedade e conforme essa sociedade se transforma, também se transforma a forma de administrar. Com isso, o ato de administrar, embora contenha em si alguns fundamentos que podem ser entendidos como universais, é um ato em permanente mudança e um ato que depende do momento em que está sendo implementado.

Figura 5 – Administração



Créditos: Volonoff/ Shutterstock.

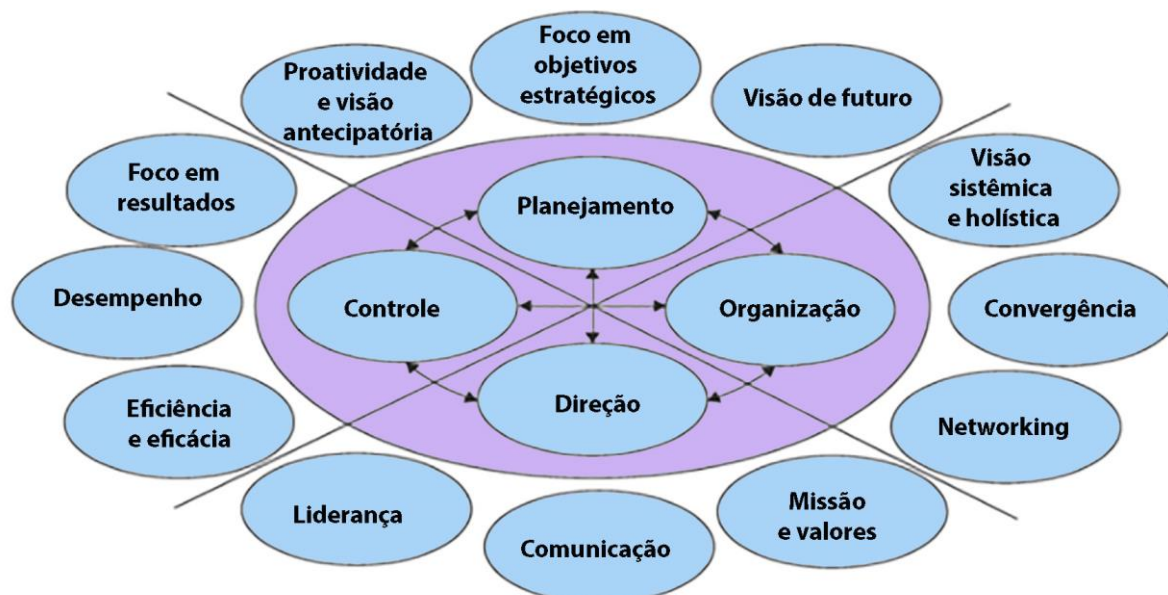
É possível pensar a administração como uma arte, como uma ciência e como uma profissão. Diz-se que a administração é arte, pois está relacionada a conseguir um resultado desejado por meio da aplicação de habilidades

específicas. Por outro lado, administração é ciência à medida que é um corpo sistematizado de conhecimento, baseado em certos princípios capazes de aplicação generalizada. Finalmente, é uma profissão visto que conjunto sistemático de princípios, técnicas, habilidades e conhecimento especializado pronto para ser usado no dia a dia das organizações.

Para Guerreiro Ramos (1983), a administração é um complexo de elementos e de suas relações entre si, resultante e condicionante da ação de diferentes pessoas, escalonadas em diferentes níveis de decisão, no desempenho de funções que limitam e orientam atividades humanas associadas, tendo em vista objetivos sistematicamente estabelecidos.

Na verdade, a ideia de tomada de decisão e de ações baseadas nesse processo decisório está sempre atrelada aos conceitos de administração. Nesse sentido, um conceito satisfatório de administração é o de que o ato de administrar é um processo de tomada de decisão e de realização de ações para atingir objetivos organizacionais de maneira eficaz e eficiente por meio do desempenho das funções de planejar, organizar, dirigir e controlar (adaptado de Maximiano, 2000; Megginson, 1998; Daft, 2005).

Figura 6 – Competências para administrar



Mas é importante ressaltar que a administração não se encerra no ato de desempenhar essas quatro funções, essa é uma visão simplista. Para Chiavenato (2021, p. 12), a administração deve ser compreendida como



um sistema complexo, ou seja, uma conjugação de inúmeras variáveis convergindo sempre para o alcance final de resultados. Assim, a administração não é apenas um processo linear de decisões e ações para planejar, organizar, dirigir e controlar, mas algo que vai além disso, constituindo uma atividade de integração, conjunção, arranjo, foco e dimensionamento. O administrador precisa reunir uma gama de diferentes recursos e competências para transformá-los em resultados concretos. Na verdade, administrar é a melhor maneira de alcançar resultados. Significa fazer acontecer.

Para finalizar, é possível dizer que a administração diz respeito a conduzir a organização ao alcance dos objetivos planejados, de forma a obter resultados concretos e alcançar sucesso e sustentabilidade ambiental, social e econômica. Para tanto, é necessário um esforço conjunto entre todos que compõem a organização, cuidando de articular recursos e competências para focalizar objetivos claros e definidos.

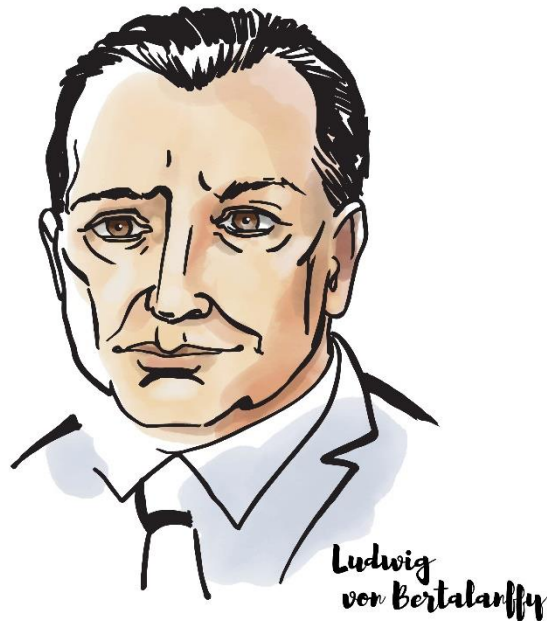
Desta forma, a administração necessita de sinergia, ou seja, de esforços que se juntam de modo que o resultado seja muito maior do que apenas a soma das partes envolvidas, de acordo com uma visão sistêmica, que envolve todas as partes da organização.

TEMA 4 – SISTEMAS ORGANIZACIONAIS

Uma forma de se entender e analisar as organizações é aquela que usa da ideia de que as empresas podem ser representadas por meio de sistemas. Essa forma de análise se deve à necessidade de se entender a gestão como uma ação sinérgica, que depende de todos os elementos organizacionais funcionando em modo cooperativo.

Além disso, a organização precisa interagir com elementos e forças externas a ela. O conceito de sistema auxilia a compreender todas essas relações. Ele é desenvolvido inicialmente por um biólogo, Ludwig von Bertalanffy, que propõe uma teoria que pudesse integrar várias ciências, denominada de Teoria Geral dos Sistemas.

Figura 7 – Von Bertalanffy



a

Créditos: Marusya Chaika/Shutterstock.

Norbert Wiener, matemático norte-americano, ao estudar cibernética ao longo da Segunda Guerra Mundial, propõe uma forma bastante simples de se compreender os elementos que compõem um sistema, descrevendo-os como entrada, saída e processamento. Todos esses elementos estão imersos em um ambiente, externo ao sistema. E para que o sistema possa ter melhoria contínua, ele recebe informações de feedback (retroação) de forma a ajustar o processamento toda vez que se fizer necessário.

Tais sistemas podem ser físicos/concretos, como equipamentos, máquinas, pessoas, ou conceituais/abstratos, como ideias, procedimentos, símbolos, regras. Independentemente de ser concreto ou conceitual, o conceito de sistema pode ser usado em uma gama variada de estudos, desde um sistema da qualidade, um sistema de informações, um sistema biológico, até um sistema organizacional.

Figura 8 – Elementos de um sistema



A Teoria Geral dos Sistemas, de von Bertalanffy, combinada à proposta de Wiener de elementos que compõem um sistema, é emprestada às organizações, pois uma organização pode ser pensada como um sistema que vive em um ambiente no qual outros sistemas também existem e há interação entre eles.

Um sistema pode ser entendido como "um conjunto de partes ou elementos que formam um todo unitário ou complexo", ou seja, como um "conjunto de partes que interagem e funcionam como um todo" (Maximiano, 2015, p. 67).

Existem dois tipos básicos de sistemas: os fechados e os abertos. Os sistemas fechados são aqueles cujo resultado é predeterminado, ou seja, as relações entre suas saídas e suas entradas podem ser equacionadas matematicamente e o relacionamento com o ambiente externo é quase inexistente. Já os sistemas abertos têm relações entre saída e entrada indefinidas, sujeitas a probabilidades, e "mantém um intercâmbio intenso, complexo e indeterminado com o meio ambiente" (Chiavenato, 2021, p. 20).

Uma organização pode ser entendida sob a ótica de um sistema, pois é possível imaginá-la como um sistema aberto e nela é possível observar cada um dos elementos propostos por Wiener, já que possui uma entrada em que os recursos necessários, como matéria-prima, máquinas e equipamentos, trabalhadores, informação, entre outros, ingressam do ambiente externo para serem utilizados em seus processos.

Possui uma saída, na qual o produto (bem ou serviço) é colocado à disposição do mercado. Para transformar as entradas em saídas, a organização dispõe de um elemento que realiza essa transformação, o processamento. Para verificar se suas saídas correspondem ao planejado e, caso necessário, promover ajustes, faz-se o procedimento de retroação ou *feedback*. E a organização está imersa em um ambiente externo no qual se encontram clientes,

fornecedores, concorrentes, entre outros, que interagem com essa organização. (Mendes, 2020).

É importante ressaltar que, pela sua complexidade, se faz necessário analisar uma organização como se fosse um conjunto de subsistemas que compõem o sistema maior. Essa subdivisão torna mais simples a tarefa de compreender e gerir os vários objetivos internos à empresa que precisam ser alcançados para que se consiga obter o resultado geral desejado. Uma das possibilidades de análise de subsistemas é dada pelo modelo sociotécnico de Tavistock, em que se entende que as organizações são compostas por dois grandes subsistemas: o subsistema técnico e o subsistema social.

Figura 9 – Eficiência potencial x eficiência real



Créditos: VectorMine/Shutterstock.

O subsistema técnico, composto por tecnologia, ambiente e tempo, provê uma eficiência potencial à organização. Já o subsistema social, composto pelos indivíduos, suas características físicas e psicológicas e as relações sociais, traz a eficiência real à empresa. Mas é possível também trabalhar com a ideia de que os subsistemas são áreas ou departamentos da organização. Nesse sentido, teríamos, por exemplos, subsistema de produção, de marketing, de finanças, de recursos humanos, de tecnologia de informação, entre outros.

TEMA 5 – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA X ADMINISTRAÇÃO PRIVADA

Existem dois grandes tipos distintos de administração, em conformidade com a finalidade de cada uma. De um lado, há aquela cujo foco é o bem comum e, do outro lado, aquela cuja preocupação é o consumo e o lucro. Desses lados distintos, surgem dois ramos que tratam a questão da administração sob essas duas óticas citadas. De modo simplificado, a administração pública vai cuidar da gestão do estado, e a administração privada vai tratar da gestão das empresas.

Figura 10 – Público x privado



Créditos: Olivier Le Moal/Shutterstock.

Para compreender a administração pública, é necessário primeiro compreender o que é o Estado, que pode ser pensado com um conjunto de regras, pessoas e organizações separadas da sociedade para que possa organizar essa sociedade.

Conforme Costin (2010, p. 1), o Estado é criado para comandar uma comunidade e produzir as normas que regem a vida social nessa comunidade e, para tanto, ele só existe a partir do momento em que existe uma “instância especializada que, funcionando de forma hierárquica, separa claramente governantes e governados”, assim como o que é público do que é privado.



Para que as normas estabelecidas pelo Estado possam trazer os resultados desejados, faz-se necessária a Administração Pública, que pode ser conceituada como

a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve para assegurar interesses coletivos como saúde, educação ou proteção à infância e, subjetivamente como o conjunto de órgãos e de pessoas jurídicas aos quais a Lei atribui o exercício da função administrativa do Estado.

Assim, em um estado democrático, o tamanho e a forma da Administração Pública vão variar sensivelmente, dependendo do que a sociedade espera dessa Administração, já que ela é o “instrumental de que dispõe o Estado para pôr em prática as opções políticas de governo” (Costin, 2010, p.3, 26), diferindo, assim, a gestão pública da gestão privada, cujo interesse está nos lucros. As principais diferenças entre a gestão pública e a gestão privada podem ser observadas na Figura 11.

Figura 11 – Diferenças da gestão privada x gestão pública

Modelo do Setor Privado	Modelo do Setor Público
Escolha Individual no mercado	Escolha coletiva na sociedade organizada
Demanda e preço	Necessidade de recursos públicos
Caráter privado da decisão empresarial	Transparência da ação pública
A equidade do mercado	A equidade das necessidades
A busca de Satisfação do Mercado	A busca da Justiça
Soberania do consumidor	Cidadania
Competição como instrumento do mercado	Ação Coletiva como instrumentos da sociedade organizada
Estímulo: possibilidade de o consumidor escolher	Condição: consumidor pode modificar os serviços públicos

Fonte: Marzzoni e Rodrigues, 2020, p. 8.

Embora os objetivos sejam distintos, a administração privada está amplamente relacionada à Administração Pública, visto que o setor privado faz parte, igualmente, da comunidade e, portanto, deve seguir as leis vigentes no Estado.

Porém, no caso do Brasil, há uma série de obstáculos e dificuldades no que diz respeito à relação entre o Estado e o setor privado, visto que a cultura



brasileira ainda apresentar características de disfunção burocrática, ou seja, de exagero em relação aos controles públicos, numa visão voltada para o cumprimento dos processos e não para o alcance de resultados.

Também há as muitas leis que devem ser observadas e que, frequentemente, são modificadas sem a devida comunicação e clareza. Há ainda uma “sobreposição de órgãos públicos envolvidos na regulação, não totalmente dissociados dos partidos políticos” (Costin, 2010, p. 206). Esse excesso de controle se inicia com uma boa intenção, que era evitar corrupção e clientelismo, mas acaba por se tornar um entrave para empresas e empresários que precisam ter contato com o governo. Inovação e flexibilidade ficaram difíceis de se conseguir nesse contexto.

Independentemente das dificuldades, as empresas acabam por se relacionar com o Estado das mais diversas formas. Nesse sentido, há alguns órgãos estatais que são importantes para um funcionamento adequado das empresas e precisam ser conhecidos. Entre eles, está o INPI (Instituto Nacional da Propriedade Intelectual), que trata dos direitos de propriedade de marcas e patentes, assim como dos processos de transferência de tecnologia entre organizações.

As agências reguladoras são um outro tipo de órgão estatal que precisam ser conhecidas. ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações), ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico), Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) são exemplos de agências reguladoras, cujo objetivo é fiscalizar, regulamentar e controlar bens e serviços de interesse público.

Outros órgãos relevantes na rotina das empresas privadas são:

- O Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), órgão cujo objetivo é “orientar, auditar, investigar e prevenir o comportamento abusivo de uma empresa que domina o mercado ou práticas anticompetitivas que tendam a levar a essa posição dominante” (Costin, 2010, p. 212).
- O Inmetro (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia), que é responsável pelo cumprimento de normas técnicas e jurídicas pelas empresas, para que essas possam melhorar a qualidade de seus processos e de seus produtos.



- O Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), cujo principal objetivo é fiscalizar e monitorar o meio ambiente.
- A Receita Federal, cujos objetivos são a administração dos tributos federais e o controle aduaneiro, auxiliando na formulação da política brasileira de impostos.

Existe ainda uma série de outros órgãos públicos, mas todos têm por característica interferir nas ações das empresas privadas, de forma que estas sigam as legislações vigentes e possam servir à sociedade como um todo.

Conclui-se que a administração pública e a administração privada se dependem mutuamente, já que as organizações privadas precisam de regulação e da infraestrutura oferecida pelo Estado para funcionarem e, por sua vez, o Estado precisa dos impostos e da produtividade das empresas para ter uma nação fortalecida. Quanto melhor for a interação entre governo e empresas maior será a vantagem competitiva nacional.

FINALIZANDO

Nesta aula, foi possível compreender alguns dos principais conceitos iniciais para quem quer entender de administração. Para tanto, você entendeu o conceito de organização, um grupo de pessoas que trabalham de forma cooperativa para o alcance de um objetivo em comum. Você também compreendeu que existem pessoas, denominadas de gestores, que fazem com que as organizações possam funcionar e atingir os objetivos desejados. E que o alcance desses objetivos depende de se administrar a organização, por meio das funções planejar, organizar, dirigir e controlar, mas também de outras ações e habilidades necessárias ao alcance dos resultados pretendidos.

Foi possível perceber que uma forma de analisar as organizações se dá por meio do uso do conceito de sistemas e que esses sistemas são compostos por elementos que podem ser comparados com os elementos organizações, e que são a entrada, o processamento, a saída, o *feedback* e o meio ambiente.

Você também tomou conhecimento das diferenças entre administração pública e administração privada e de vários órgãos estatais importantes para o oferecimento de infraestrutura para as empresas privadas. Assim, você tem uma base conceitual para compreender o funcionamento geral das organizações.



REFERÊNCIAS

- BERNARDES, C. **Teoria geral da administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1993.
- CHIAVENATO, I. **Administração para todos: ingressando no mundo da gestão de negócios**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2021.
- COSTIN, C. **Administração Pública**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- DAFT, R. L. **Administração**. 12. ed. São Paulo: LTC, 2017.
- MARZZONI, D. N. S.; RODRIGUES, L. M. Diferenças e convergências entre administração pública e administração privada. In: SENHORAS, E. M. **Gestão de organizações públicas, privadas e da sociedade civil**. Ponta Grossa: Atena, 2020. p.1-11.
- MAXIMIANO, A. C. A. **Fundamentos da Administração: introdução à teoria geral e aos processos da administração**. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.
- _____. **Introdução a Administração**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- MEGGINSON, L. C. et al. **Administração: conceitos e aplicações**. 4. ed. São Paulo: Harbra, 1998.
- MENDES, D. **Sistemas organizacionais**. Curitiba: Contentus, 2020.
- RAMOS, A. G. **Administração e contexto brasileiro: esboço de uma teoria geral da administração**. 2.ed Rio de Janeiro: FGV, 1983.
- SILVA, R. O. **Teorias da administração**. 3. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.